

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Alterações significativas	6

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	7
10.2 - Resultado operacional e financeiro	15
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	17
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	18
10.5 - Políticas contábeis críticas	20
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	21
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	22
10.8 - Plano de Negócios	23
10.9 - Outros fatores com influência relevante	24

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado e de crédito. Esses riscos são monitorados pela administração utilizando-se instrumentos de gestão e políticas definidas pelo Conselho de Administração.

A Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos especulativos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas informações financeiras e também, dessa nota explicativa.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A diretoria financeira da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia por meio de relatórios internos sobre os riscos que analisam a exposição de acordo com grau e magnitude dos riscos. Esses riscos incluem os riscos de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros de valor justo e de preço) e crédito.

A Companhia procura minimizar os efeitos desses riscos por meio de instrumentos financeiros para proteção dessas exposições. O uso de instrumentos financeiros é orientado pelas políticas da Companhia, aprovadas pela administração, que fornece os princípios relacionados aos riscos de moeda estrangeira, taxa de juros e créditos, ao uso de instrumentos financeiros não derivativos e ao investimento da liquidez excedente. A Companhia não está operando nem negociando instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos.

A diretoria financeira apresenta relatórios mensais ao Conselho de Administração que monitora os riscos e as políticas implementadas para mitigar a exposição aos riscos.

Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, fornecedores, dividendos a pagar, depósitos judiciais e adiantamentos de contratos de câmbio e exportação.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**(i) Risco cambial**

A Companhia efetua algumas transações em moeda estrangeira (contas a receber de clientes, adiantamentos de contratos de câmbio e de câmbio para exportação); consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, as transações comerciais de venda da Companhia para o mercado externo representam 23,78% (2011 - 23,03%), do total das vendas no exercício e suas vendas para o mercado interno são efetuadas com base no preço das *commodities* de ligas de cromo e ferro silício. Os valores dessas transações são baseados nas cotações do dólar, os quais podem gerar ganhos ou perdas durante o período.

(ii) Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes, cuja rentabilidade é avaliada em relação ao CDI.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**a. riscos para os quais se busca proteção e d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A diretoria financeira da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia por meio de relatórios internos sobre os riscos que analisam a exposição de acordo com grau e magnitude dos riscos. Esses riscos incluem os riscos de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros de valor justo e de preço) e crédito.

A Companhia procura minimizar os efeitos desses riscos por meio de instrumentos financeiros para proteção dessas exposições. O uso de instrumentos financeiros é orientado pelas políticas da Companhia, aprovadas pela Administração, que fornece os princípios relacionados aos riscos de moeda estrangeira, taxa de juros e créditos, ao uso de instrumentos financeiros não derivativos e ao investimento da liquidez excedente. A Companhia não está operando e negociando instrumentos financeiros derivativos, inclusive instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos.

A diretoria financeira apresenta relatórios mensais ao Conselho de Administração que monitora os riscos e as políticas implementadas para mitigar a exposição aos riscos.

Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, fornecedores, dividendos a pagar, depósitos judiciais e adiantamentos de contratos de câmbio e exportação.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge) e c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Não se aplica à companhia.

e. operação com instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não opera com derivativos.

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Ferbasa possui todos os seus processos normatizados, mapeados e inter-relacionados, conforme INBR ISO 9001:2008, certificação implantada desde 1995. Atualmente a Ferbasa está com processo de implantação das normas ISO14000 e 18000, respectivamente das áreas ambiental e de saúde ocupacional. Todas estas normas funcionam monitorando pontos críticos de controle, de forma corporativa na empresa. Implantação da área de auditoria interna contábil e financeira, processo

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

de melhoria de Governança Corporativa e mantém um conselho fiscal atuante. A empresa acredita que a estrutura é, atualmente, necessária para gerenciar os riscos citados. Além disso, tem contratado anualmente consultoria tributária reconhecida e especializada para dar suporte aos cálculos de todos os tributos a pagar.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O planejamento estratégico da Companhia realizado durante o ano de 2012, consolidou os objetivos de crescimento da empresa. Desde o início do exercício, foram levados à efeito alguns projetos essenciais ao crescimento sustentado de nossas operações, a saber: planejamento estratégico da companhia com apoio e assessoramento da FDC-Fundação Dom Cabral; programa de otimização de custos nas minerações; programa de capacitação em liderança e gestão; contratação de consultoria específica em mineração, para apoio na prospecção e comprovação de novas reservas. Foi criada a área de Comunicação Corporativa, a área de Gestão Integrada, agregando segurança, saúde, qualidade e meio ambiente. Na área de Governança, a criação da Gerência de Relacionamento com Investidores. Implantação da área de Auditoria Interna. Adesão, em 2011, no nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBovespa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos adotados pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Em complemento aos riscos informados no item 5.1, o emissor também considera relevante para o seu negócio, os riscos abaixo descritos:

(i) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora rigorosamente as contas a receber de clientes e não apresenta histórico de perdas.

Contas bancárias e aplicações financeiras que potencialmente sujeitam a Companhia a risco de crédito consistem, primariamente, em caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em instituições financeiras, de acordo com as estratégias previamente aprovadas pela administração.

(ii) Risco de concentração do contas a receber

A Companhia possui concentração de faturamento nos clientes Aperam Inox e Marubeny Corporation, que representam cerca de 53,32% (2011 - 43%) e 45,72% (2011 - 38%) dos faturamentos efetuados para o mercado interno e externo, respectivamente. Eventuais riscos de liquidez associados com esses clientes ou redução na demanda de ferro-ligas FeCrAC e FeSi75% causará impactos na Companhia.

(iii) Gerenciamento do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela abaixo indica as linhas de crédito não utilizadas que a Companhia tem à disposição para reduzir futuramente o risco de liquidez:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Valores que incluem adiantamento de contrato de câmbio, conta garantida e fianças	<u>316.130</u>	<u>310.933</u>

Não existem passivos financeiros exigíveis com mais de 360 dias.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A diretoria concorda que a companhia se apresenta em condições financeiras e patrimoniais favoráveis e apta a cumprir com suas obrigações de curto e médio prazos. Essa visão está baseada nos seguintes aspectos principais:

- ✓ Geração de lucros de forma consistente;
- ✓ Forte geração operacional de caixa;
- ✓ Estrutura de capital constituída predominantemente por recursos próprios;
- ✓ Volume inexpressivo de inadimplência;

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta hoje níveis de alavancagem em linha com a prática de mercado.

(i) hipóteses de resgate;

Com relação à possibilidade de resgate de ações, não existe no curto prazo previsão para realização de tal evento.

(ii) fórmula de cálculo do valor do resgate

Não aplicável.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Como observado no fluxo de caixa, a companhia apresenta uma geração operacional de caixa bem superior aos seus compromissos financeiros, o que contribuiu para a posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no montante de R\$ 185.187 milhões, em 31/12/2012 (R\$ 303.808 milhões, em 31/12/2011).

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas;

Recursos próprios provenientes de reservas de retenção de lucros (reservas para investimentos e reservas de incentivos fiscais), que são submetidos à aprovação em AGO/E, gerando o Orçamento de Capital.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez;

Acreditamos que não serão necessárias fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretendemos utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:

Endividamento de 12,3%, representados pelas obrigações com fornecedores, trabalhistas e fiscais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes;**

No final do 4º Trimestre de 2012 não havia obrigações decorrentes de financiamentos. Durante o 1S12, o endividamento financeiro foi relativo, exclusivamente, às antecipações de contratos de câmbio (ACC) realizadas até o mês de maio, os quais foram totalmente liquidados com contratos de câmbio gerados pelas exportações até o mês de setembro de 2012.

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Não aplicável.

iii) grau de subordinação entre as dívidas;

Não aplicável.

iv) eventuais restrições impostas a Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não aplicável.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Limite global de crédito (Contrato de câmbio, conta garantida e fianças) é de R\$ 316.130 mil.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**Resumo das Demonstrações financeiras**

De acordo com a administração, as demonstrações contábeis anuais abaixo referidas, refletem a correta apresentação da posição patrimonial e financeira e o resultado de nossas operações para os referidos exercícios.

Apresentação das informações contábeis

Para a leitura e análise das demonstrações e demais informações contábeis a elas referenciadas incluídas neste Documento, devem ser considerados os seguintes aspectos quanto à elaboração e apresentação das demonstrações contábeis:

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem: As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Consolidado" – BR GAAP e IFRS; e as demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Controladora" – BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

O parecer de auditoria sobre as demonstrações contábeis (controladora e consolidado) referentes aos exercícios findos em 2012, 2011 e 2010, inclui parágrafo de ênfase sobre o fato de que, as demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelo ativo biológico, o qual está mensurado a valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Normas, interpretações e alterações de normas contábeis

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- . IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras". A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. O impacto previsto na sua adoção é somente de divulgação.
- . IAS 19 - "Benefícios a Empregados", alterada em junho de 2011. Essa alteração foi incluída no texto do CPC 33 (R1) - "Benefícios a Empregados". A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. As principais modificações estão relacionadas com plano de benefício definido. Não se espera que haja impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.
- . IAS 28 - "Investimentos em Coligadas e Controladas em Conjunto", IFRS 11 - "Acordo Contratual Conjunto" e IFRS 12 - "Divulgações sobre Participações em Outras Entidades", todas emitidas em maio de 2011. A principal alteração introduzida por essas normas é a impossibilidade de consolidação proporcional de entidades cujo controle dos ativos líquidos seja compartilhado através de um acordo entre duas ou mais partes e que seja classificado como uma joint venture.

O IFRS 11 conceitua dois tipos de classificação para acordos:

- . Joint operations - quando as partes controlam em conjunto ativos e passivos, independentemente de estes ativos estarem em uma entidade à parte (separate vehicle), de acordo com os dispositivos contratuais e essência da operação. Nesses acordos, os ativos, passivos, receitas e despesas são contabilizados na entidade que participa do acordo joint operator na proporção de seus direitos e obrigações.
- . Joint ventures - quando as partes controlam em conjunto os ativos líquidos de um acordo, estruturado através de uma entidade à parte e os respectivos resultados desses ativos são divididos entre as partes participantes. Nesses acordos, a participação da entidade deve ser contabilizada pelo método de equivalência patrimonial e apresentado na rubrica "Investimentos".

O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Não se espera que haja impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

- . IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", emitido em novembro de 2009. O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. A orientação incluída no IAS 39 sobre impairment dos ativos financeiros e contabilização de hedge continua a ser aplicada. A norma é aplicável a partir de 1o de janeiro de 2015. Não se espera que haja impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

- . IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas", incluída como alteração ao texto do CPC 36(R3) - "Demonstrações Consolidadas", emitido em maio de 2011. Esta norma está baseada nos princípios existentes quanto à identificação do conceito de controle como fator determinante de quando uma entidade deve ser consolidada das demonstrações financeiras. A norma prevê orientação adicional para auxiliar na determinação de controle quando há dúvida na avaliação. A norma é aplicável a partir de 1o de janeiro de 2013. Não se espera que haja impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.
- . IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", considerada em um novo pronunciamento, o CPC 45 - "Divulgação de Participações em Outras Entidades". Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma é aplicável a partir de 1o de janeiro de 2013. Não se espera que haja impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.
- . IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011, e divulgada em um novo pronunciamento, o CPC 46 - "Mensuração do Valor Justo". A norma tem como objetivo aprimorar a consistência e reduzir a complexidade nas divulgações requeridas pelos IFRS. As exigências não aumentam o uso do valor justo na contabilidade, porém orienta como deve ser aplicado quando seu uso for requerido ou permitido por outra norma. A norma é aplicável a partir de 1o de janeiro de 2013, e há uma isenção para aplicação das novas exigências de divulgação para períodos comparativos. Não se espera que haja impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

Demonstrações do Resultado, Balanços Patrimoniais e Demais Informações Financeiras

Seguem abaixo as demonstrações de resultados, nossos balanços patrimoniais e demais informações financeiras consolidadas para os exercícios indicados, preparadas de acordo com o BR GAAP:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Demonstração do resultado consolidado para os exercícios indicados**

	Consolidado						Var 2012/2011	Var 2011/2010
	31/12/2012	AV	31/12/2011	AV	31/12/2010	AV		
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	707.402	100,0%	642.334	100,0%	673.058	100,0%	10,1%	-4,6%
Varição do valor justo dos ativos biológicos	16.382	2,6%	13.640	2,1%	18.320	2,9%	20,1%	-25,5%
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(569.390)	88,6%	(520.724)	81,1%	(497.586)	77,5%	9,3%	4,7%
LUCRO BRUTO	154.394	24,0%	135.250	21,1%	193.792	30,2%	14,2%	-30,2%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS								
Com vendas	(10.097)	1,6%	(11.813)	1,8%	(10.021)	1,6%	-14,5%	17,9%
Gerais e administrativas	(35.456)	5,5%	(30.485)	4,7%	(24.623)	3,8%	16,3%	23,8%
Honorários dos administradores e participações nos lucros	(12.833)	2,0%	(11.864)	1,8%	(9.885)	1,5%	8,2%	20,0%
Participação nos lucros (empregados)	(7.859)	1,2%	(8.074)	1,3%	(11.292)	1,8%	-2,7%	-28,5%
Outras (despesas) receitas operacionais - líquidas	(18.181)	2,8%	(10.687)	1,7%	(12.015)	1,9%	70,1%	-11,1%
Total	(84.426)	13,1%	(72.923)	11,4%	(67.836)	10,6%	15,8%	7,5%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	69.968	10,9%	62.327	9,7%	125.956	19,6%	12,3%	-50,5%
RESULTADO FINANCEIRO								
Receitas financeiras	32.017	5,0%	47.873	7,5%	42.133	6,6%	-33,1%	13,6%
Despesas financeiras	(4.235)	0,7%	(1.163)	0,2%	(6.295)	1,0%	264,1%	-81,5%
Total	27.782	4,3%	46.710	7,3%	35.838	5,6%	-40,5%	30,3%
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	97.750	15,2%	109.037	17,0%	161.794	25,2%	-10,4%	-32,6%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL								
Isenção e redução	11.437	1,8%	8.799	1,4%	19.185	3,0%	30,0%	-54,1%
Corrente	(27.878)	4,3%	(27.048)	4,2%	(49.325)	7,7%	3,1%	-45,2%
Diferido	4.235	0,7%	92	0,0%	2.316	0,4%	4503,3%	-96,0%
Total	(12.206)	1,9%	(18.157)	2,8%	(27.824)	4,3%	-32,8%	-34,7%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS	85.544	13,3%	90.880	14,1%	133.970	20,9%	-5,9%	-32,2%
Lucro atribuído aos acionistas controladores	85.326		90.619		133.729			
Lucro atribuído aos acionistas não controladores	218		261		241			

Balanços Patrimoniais levantados em 2012, 2011 e 2010

As tabelas abaixo apresentam um resumo dos Balanços Patrimoniais consolidados levantados em 2012, 2011 e 2010, bem como as variações ocorridas nos períodos apresentados:

	Consolidado				Var	Var	
	31/12/2012		31/12/2011		31/12/2010	2012/2011	2011/2010
ATIVOS							
CIRCULANTES							
Caixa e equivalentes de caixa	229.682	17,6%	235.410	18,8%	266.789	-2,4%	-11,8%
Aplicação financeira	27.707	2,1%	109.463	8,7%	116.785	-74,7%	-6,3%
Contas a receber de clientes	118.517	9,1%	86.707	6,9%	111.478	36,7%	-22,2%
Estoques	229.085	17,5%	215.857	17,2%	194.860	6,1%	10,8%
Impostos a recuperar	20.379	1,6%	13.740	1,1%	4.800	48,3%	186,3%
Despesas antecipadas	516	0,0%	174	0,0%	151	196,6%	15,2%
Outras contas a receber	3.151	0,2%	1.536	0,1%	2.593	105,1%	-40,8%
Total dos ativos circulantes	629.037	48,1%	662.887	52,8%	697.456	-5,1%	-5,0%
NÃO CIRCULANTES							
Aplicação financeira	682	0,1%	628	0,1%	-	8,6%	-
Estoques	9.616	0,7%	7.868	0,6%	7.352	22,2%	7,0%
Impostos a recuperar	8.319	0,6%	8.827	0,7%	8.812	-5,8%	0,2%
Depósitos judiciais	2.816	0,2%	2.565	0,2%	4.641	9,8%	-44,7%
Depósito para reinvestimento	3.010	0,2%	1.961	0,2%	-	53,5%	-
Outros créditos	210	0,0%	521	0,0%	519	-59,7%	0,4%
	24.653		22.370		21.324	10,2%	-
Investimentos:							
Outros	124	0,0%	124	0,0%	124		
Imobilizado	499.842	38,2%	428.000	34,1%	345.915	16,8%	23,7%
Ativo biológico	151.949	11,6%	140.264	11,2%	123.521	8,3%	13,6%
Intangível	1.396	0,1%	688	0,1%	503	102,9%	36,8%
Total dos ativos não circulantes	677.964	51,9%	591.446	47,2%	491.387	14,6%	20,4%
TOTAL DOS ATIVOS	1.307.001	100,0%	1.254.333	100,0%	1.188.843	4,2%	5,5%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	31/12/2012		Consolidado 31/12/2011		31/12/2010	Var 2012/2011	Var 2011/2010
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
CIRCULANTES							
Fornecedores	29.729	2,3%	33.418	2,7%	40.766	-11,0%	-18,0%
Adiantamentos de contratos de câmbio	-		13.906	1,1%	-	-100,0%	-
Obrigações trabalhistas e encargos	37.402	2,9%	30.737	2,5%	31.049	21,7%	-1,0%
Impostos e contribuições sociais	4.617	0,4%	4.623	0,4%	9.834	-0,1%	-53,0%
Dividendos propostos	-	-	-	-	4.565	-	-
Juros sobre o capital próprio	18.841	1,4%	21.763	1,7%	21.656	-13,4%	0,5%
Outras contas a pagar	575	0,0%	1.866	0,1%	2.864	-69,2%	-34,8%
Total dos passivos circulantes	<u>91.164</u>	7,0%	<u>106.313</u>	8,5%	<u>110.734</u>	-14,2%	-4,0%
NÃO CIRCULANTES							
Provisão para passivo ambiental	12.194	0,9%	11.494	0,9%	10.940	6,1%	5,1%
Impostos e contribuições sociais	6.712	0,5%	4.710	0,4%	2.377	42,5%	98,1%
Impostos diferidos	15.935	1,2%	20.170	1,6%	20.262	-21,0%	-0,5%
Provisão para passivos eventuais	18.067	1,4%	14.540	1,2%	13.818	24,3%	5,2%
Total dos passivos não circulantes	<u>52.908</u>	4,0%	<u>50.914</u>	4,1%	<u>47.397</u>	3,9%	7,4%
Total dos passivos	<u>144.072</u>	11,0%	<u>157.227</u>	12,5%	<u>158.131</u>	-8,4%	-0,6%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	897.735	68,7%	772.971	61,6%	706.132	16,1%	9,5%
Reservas de lucros	219.362	16,8%	278.470	22,2%	279.176	-21,2%	-0,3%
Ajustes de avaliação patrimonial	41.834	3,2%	41.834	3,3%	41.834	-	-
Ações em tesouraria	(28)	0,0%	(28)	0,0%	(28)	-	-
Patrimônio líquido atribuído a participação dos acionistas controladores	1.158.903	88,7%	1.093.247	87,2%	1.027.114	6,0%	6,4%
Patrimônio líquido atribuído a participação dos acionistas não controladores	<u>4.026</u>	0,3%	<u>3.859</u>	0,3%	<u>3.598</u>	4,3%	7,3%
Total do patrimônio líquido	<u>1.162.929</u>	89,0%	<u>1.097.106</u>	87,5%	<u>1.030.712</u>	6,0%	6,4%
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>1.307.001</u>	100,0%	<u>1.254.333</u>	100,0%	<u>1.188.843</u>	4,2%	5,5%

Comparação dos resultados operacionais e financeiros nos exercícios sociais findos em 2012 e 2011

Receita líquida: A receita líquida de 2012 totalizou R\$ 707.522 mil, o que representa um acréscimo de 10,1% em comparação a 2011. No mercado interno, apesar da produção de aço inox ter reduzido em 2,66% e do consumo de FeCrAC estar diretamente associado à esta, conseguimos aumentar as vendas desse produto face a um acordo comercial celebrado com nosso principal cliente, no sentido de fornecermos ferrocromo alto carbono com as mesmas especificações do material que antes era importado, bem como substituir a sua produção própria de FeCrAC. No mercado externo, a receita líquida de R\$ 203.505 mil superou em 12,6% os R\$ 180.705 mil registrados em 2011.

Custo dos produtos vendidos: O Custo dos Produtos Vendidos (CPV) passou de 81,2% sobre a receita líquida do exercício de 2011, para 80,6%, em 2012.

Resultado bruto: O resultado bruto alcançado em 2012 foi de R\$ 153.431 mil, registrando um aumento de 14,2% em relação ao exercício de 2011. A margem bruta atingiu 21,7% em 2012, ante os 20,9% atingidos no ano anterior.

Margem Bruta: O aumento nessa margem verificado em 2012, em relação a 2011, pode ser justificado pelo acréscimo de 9,0% nas vendas totais ou R\$ 70,8MM. Essa variação decorre dos preços superiores praticados para as ligas de cromo, apesar da queda dos preços de referência em dólar, de US\$1,25 para US\$1,10 por libra de cromo para o ferrocromo e dos preços inalterados em 2012 para o ferrosilício. O fator preponderante para a anulação da queda no preço e pequena melhoria na margem foi, sem dúvida, a desvalorização do real frente ao dólar a partir de maio de 2012. A taxa média cambial, que em 2011 foi de 1 US\$ = R\$ 1,6737, passou para 1US\$ = R\$ 1,9531 em 2012, representando um acréscimo de 16,7%. Outro fator importante também foi a contabilização do incentivo Reintegra nos meses de julho e setembro de 2012, no valor total de R\$ 5,0MM. Importante ressaltar, em contrapartida, a elevação do custo de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

itens como energia elétrica, em 6,84% e o reajuste médio de 7,5% aplicado sobre a folha de pagamento, em cumprimento aos acordos coletivos.

Lucro líquido: O lucro líquido acumulado em 2012 foi de R\$ 85.326 mil, com margem de 12,1% sobre a receita líquida, contra R\$ 90.619 mil e margem de 14,1%, no exercício de 2011. A queda do lucro líquido de 2012, em comparação com 2011, está principalmente relacionada à redução nos ganhos com aplicações financeiras, no valor de R\$ 16,6MM.

Resultado financeiro líquido: Em 2012, o resultado financeiro líquido obtido dos rendimentos das aplicações financeiras, juros, variações monetárias e cambiais alcançou o patamar de R\$ 24.258 mil, que corresponde a uma redução de 42,4% em relação ao realizado em 2011, em decorrência da menor rentabilidade de nossas aplicações, devido à mudança da política econômica adotada pelo Comitê de Política Monetária, com as quedas consecutivas da Taxa Básica de Juros.

Dívida financeira: No final do exercício de 2012 não havia obrigações decorrentes de financiamentos. Durante o 1S12, o endividamento financeiro foi relativo, exclusivamente, às antecipações de contratos de câmbio (ACC) realizadas até o mês de maio, os quais foram totalmente liquidados com contratos de câmbio gerados pelas exportações até o mês de setembro de 2012.

Despesas com vendas: Em 2012, as despesas com vendas totalizaram o valor de R\$ 10.097 mil, registrando um decréscimo de 14,5% em relação aos R\$ 11.813 mil de 2011. Os percentuais sobre a receita líquida corresponderam, respectivamente, a 1,43% e 1,84% nesses anos. A queda dessas despesas está relacionada com as melhorias obtidas através dos programas de redução de gastos com exportação e logística.

Despesas administrativas e honorários: As despesas administrativas do ano de 2012, incluindo os honorários da administração, totalizaram R\$ 47.890 mil, contra os R\$ 41.990 mil acumulados no ano de 2011. Em relação à receita líquida, corresponderam, respectivamente, a 6,77% e 6,54%. O acréscimo, equivalente a 15% foi determinado, principalmente, pela aplicação do índice de reajuste salarial acordado na Convenção Coletiva do Trabalho e suas repercussões. Da mesma forma, ante aos sérios problemas envolvendo a operadora do plano de saúde contratada até meados do ano, a Companhia efetivou um novo contrato, mudança que agregou significativo aumento desse gasto. A implementação de ações voltadas à melhoria de suas atividades e de seu desempenho gerencial motivaram o incremento de outros aumentos de despesas menos substanciais.

Geração de caixa: Em 2012, o caixa líquido proveniente das atividades operacionais geraram recursos na ordem de R\$ 65.626 mil, enquanto os gastos com as atividades de investimentos consumiram R\$ 37.570 mil, utilizados na aquisição de equipamentos, manutenção do imobilizado e aplicações financeiras. O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento somou R\$ 36.586 mil. O saldo inicial de caixa e equivalente de caixa, que era de R\$ 193.717 mil em dezembro de 2011, ficou em R\$ 185.187 mil em dezembro de 2012, gerando uma redução líquida de R\$ 8.530 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Outras informações e medidas não contábeis**

Ebitda: A geração de caixa medida pelo EBITDA, no ano de 2012, foi de R\$ 125.705 mil, contra R\$ 103.570 mil de 2011, registrando-se um acréscimo de 21,4%, conforme demonstrado abaixo:

EBITDA			
(em R\$ mil)	2012	2011	Δ%
Lucro líquido	85.326	90.619	-5,8%
Provisão IR/CS	10.905	16.608	-34,3%
Resultado financeiro líquido	(24.258)	(42.102)	-42,4%
Depreciação/exaustão	56.059	41.632	34,7%
Equivalência patrimonial	(2.327)	(3.187)	-27,0%
EBITDA	125.705	103.570	21,4%
<i>% s/ receita líquida</i>	<i>17,8%</i>	<i>16,1%</i>	

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**a) resultado das operações da Companhia, em especial:****i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e**

A Companhia gera suas receitas principalmente a partir da venda de ferro ligas.

RECEITA LÍQUIDA			
<i>(em Reais mil)</i>	2012	2011	Δ %
Mercado interno			
Ferrocromo alto carbono	323.663	256.774	26,0%
Ferrocromo baixo carbono	67.290	61.553	9,3%
Ferrossilício 75	84.952	104.756	-18,9%
Minérios (1)	14.256	27.411	-48,0%
Outros (2)	13.856	11.255	23,1%
Total MI	504.017	461.749	9,2%
Mercado externo			
Ferrocromo alto carbono	4.552	14.325	-68,2%
Ferrocromo baixo carbono	31.056	22.219	39,8%
Ferrossilício 75	167.897	143.865	16,7%
Minérios (1)	-	296	-
Total ME	203.505	180.705	12,6%
TOTAL (MI+ME)	707.522	642.454	10,1%

Notas: (1) receita de minérios inclui: lump, concentrado e areia de cromita.

(2) receita de outros inclui: Ferrossilício cromo, cal, calcário e outros.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.**b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.**

Nossa produção de ligas totalizou 265.433 toneladas em 2012, refletindo um aumento de 12,4%, quando comparada a 2011, que registrou um volume de produção de 236.171 toneladas. Um dos principais produtos que contribuiu para este cenário foi o ferrocromo alto carbono, que encerrou o ano com um aumento de 22,0%, este acréscimo na produção contribuiu para o aumento no volume de vendas, reduzindo custos fixos e a consequente melhoria nas margens brutas.

Em 2012, as vendas totalizaram 230.123 toneladas de ligas, contra as 216.978 toneladas vendidas no mesmo período do ano anterior, registrando-se um acréscimo de 6,1%. Destacamos o crescimento de 15,3% nas vendas do ferrocromo alto carbono no mercado interno, apesar da produção de aço inox ter reduzido em 2,66% e do consumo de FeCrAC estar diretamente associado à esta, conseguimos aumentar as vendas desse produto face a um acordo comercial celebrado com nosso principal cliente, no sentido de fornecermos ferrocromo alto carbono com as mesmas especificações do material que antes era importado, bem como substituir a sua produção própria de FeCrAC.

Já no mercado externo, o aumento mais relevante foi derivado das vendas do ferrocromo baixo carbono, com um acréscimo de 24,0%.

O aumento na margem bruta verificado em 2012, em relação a 2011, pode ser justificado pelo acréscimo de 9,0% nas vendas totais ou R\$ 70,8MM. Essa variação decorre dos preços superiores praticados para as ligas de cromo, apesar da queda dos preços de referência em dólar, de US\$1,25 para US\$1,10 por libra de cromo para o ferrocromo e dos preços inalterados em 2012 para o ferrossilício. O fator preponderante para a anulação da queda no preço e pequena melhoria na margem foi, sem dúvida, a desvalorização do real frente ao dólar a partir de maio de 2012. A taxa média cambial, que em 2011 foi de 1 US\$ = R\$ 1,6737, passou para 1US\$ = R\$ 1,9531 em 2012, representando um acréscimo de 16,7%. Outro fator importante também foi a contabilização do incentivo Reintegra nos meses de julho e setembro de 2012, no valor total de R\$ 5,0MM.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Importante ressaltar a elevação do custo de itens como energia elétrica, em 6,84% e o reajuste médio de 7,5% aplicado sobre a folha de pagamento, em cumprimento aos acordos coletivos, os demais insumos caminharam em paralelo às taxas de inflação, próximos a 5%.

Nas receitas financeiras, as consecutivas reduções nas taxas de juros, afetaram negativamente nossos rendimentos em aplicações financeiras de renda fixa, acumulamos em 2012 um rendimento bruto de R\$ 23.494 mil, ante o rendimento de R\$ 42.067 mil em 2011, representando uma queda de R\$ 18.573 mil ou 44,1%. Como não possuímos empréstimos, financiamentos ou outras formas de alavancagem, a queda da taxa de juros não trouxe reflexos positivos no que tange à diminuição de despesas financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não introduziu ou alienou qualquer segmento operacional.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

c) eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não houve.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não existem ressalvas ou parágrafos de ênfase no parecer dos auditores independentes.

Mudança de Avaliação da Vida útil do Imobilizado

A Companhia efetuou a revisão da vida útil estimada de seu ativo imobilizado e alterou a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de máquinas, equipamentos e veículos sobre os saldos registra dos em 1º de janeiro de 2010. A avaliação da vida útil dos ativos foi concebida com auxílio dos engenheiros da Companhia.

Depreciação

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação pelo método linear que foram aplicáveis ao exercício de 2012, definida com base na vida útil econômica dos ativos:

	<u>Taxa 2012 - %</u>
Máquinas e equipamentos	7,1
Veículos e tratores	14,38
Edificações	4
Móveis e utensílios	10
Informática	20
Outros	9 a 17

A depreciação do exercício foi substancialmente apropriada ao custo de produção.

Terrenos

Referem-se principalmente a terras destinadas as atividades de plantio de florestas, conforme mencionado na Nota 14.

A Companhia e sua controlada Damacal possuem ações na qual figuram com autoras solicitando reintegração ou manutenção de posse em área equivalente a 6.387 hectares, a qual encontra-se registrada no ativo imobilizado. Terceiros estão questionando a posse de tais terras e, baseada na opinião de seus assessores jurídicos de que as expectativas de manutenção da posse são prováveis, a Companhia e controlada não registraram perda relacionada a este ativo.

A Companhia possui ainda seis ações de desapropriação de terras movidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), cujas quantidades de hectares de três fazendas estão em fase de levantamento/vistoria. Para outras três áreas, houve levantamento de 4.153 hectares. Em caso de desapropriação destas terras, as mesmas serão indenizadas em Títulos da Dívida Agrária (TDASs).

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Jazidas

Trata-se de concessão de exploração de minas de cromo e de custos com desenvolvimento da lavra em minas próprias e arrendadas de controladas.

A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério exaurido proporcionalmente à reserva lavrável estimada.

Provisão para fechamento de minas

Gastos representativos de fechamento das minas decorrentes da finalização das atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação é realizado proporcionalmente à exaustão de minérios das minas.

Imobilizações em andamento

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de imobilizações em andamento referem-se a projetos nas áreas de mineração e metalurgia, principalmente sistema de despoeiramento dos fornos, tratamento de efluentes, dentre outros.

Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*impairment*)

A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2012, com base em suas análises dos fluxos de caixa descontados preparados de acordo com a projeção orçamentária aprovada pela administração.

Bens dados em garantia

A Companhia possuía máquinas, equipamentos e veículos dados em garantias de processos, os quais totalizam R\$ 2.651 (2011 - R\$ 1.784), líquidos de depreciação.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer dos auditores independentes, datado de 15/03/2013, continha ênfase em função das demonstrações financeiras individuais terem sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Principais fontes de julgamento e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC determinam que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizados na mensuração dos ativos biológicos; de provisões para fechamento de minas; e provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia e de suas controladas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Os controles internos relacionados às demonstrações financeiras são processos desenvolvidos para oferecer conforto razoável em relação à confiabilidade dos relatórios financeiros e à elaboração das demonstrações financeiras. Os controles internos adotados pela Companhia asseguram grau de eficiência adequado e representam, da melhor forma, a sua situação patrimonial, financeira e econômica, dentro das práticas contábeis exigidas pela legislação em vigor. Além disto, durante o exercício de 2012, implantamos a área de auditoria interna, visando a melhoria contínua nesses controles.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

A Carta de Recomendação referente ao exercício de 2012 contém recomendações de natureza que não comprometem a confiabilidade das demonstrações financeiras. A Companhia tem procurado, gradativamente, aperfeiçoar seus controles internos. Atualmente temos alguns serviços de consultoria contratados para essa finalidade.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Não aplicável à companhia pois a mesma não utilizou recursos de ofertas públicas de distribuição.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos Formulário de Referências da respectiva distribuição

Não aplicável. A companhia não utilizou recursos de ofertas públicas de distribuição.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável. A companhia não utilizou recursos de ofertas públicas de distribuição.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não mantemos qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas com as nossas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos nossos resultados ou em nossa condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas em nossas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, conforme explicado no item 10.8.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, conforme explicado no item 10.8.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, conforme explicado no item 10.8.